

Discurso da ministra Miriam Belchior no 2º Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável

Brasília, 24 de abril de 2013

É com grande satisfação que participo deste Encontro, que coloca como tema central os desafios dos novos governantes locais.

Essa minha fala é uma reflexão de quem está há dez anos no governo federal, mas é também de uma pessoa que trabalhou durante dez anos na prefeitura da sua própria cidade e que é apaixonada por administração municipal.

Acredito que essa safra de prefeitos, que assumiu em janeiro de 2013, tem muitos desafios importantes a enfrentar.

Entre esses muitos desafios, eu gostaria de explorar um macro desafio que me parece estruturante e que se desdobra em vários outros desafios importantes.

Acredito que o maior desafio dos atuais prefeitos seja a melhoria da gestão.

Não num sentido genérico e tecnicista que em geral o conceito de melhoria de gestão carrega, mas com um sentido bem concreto: o de garantir serviços públicos e boa infraestrutura urbana, para assegurar melhor qualidade de vida aos cidadãos.

Falando assim, alguém poderia me perguntar se esse também não seria o macro desafio da geração anterior de prefeitos e também de todas as futuras gerações de gestores locais.

Digo aos senhores que, a meu ver, essa perspectiva ganhou uma conotação diferente nesse momento, pois nos últimos dez anos o Brasil mudou e ascenderam à classe média dezenas de milhões de brasileiros. Hoje, cerca de metade da nossa população é classificada como de classe média.

Esse fato é importante para comprovar que o novo modelo de desenvolvimento adotado pelo Presidente Lula – e que tem continuidade com a Presidenta Dilma – deu os resultados esperados, mas também que gestou cidadãos com novas e mais complexas expectativas.

Dessa forma, parece-me que os modelos tradicionais de gestão, de se concentrar em algumas ações de visibilidade, estará fadado ao fracasso, tendo em vista as altas expectativas desses novos cidadãos, muito mais cientes de seus direitos.

Para dar conta dessas novas expectativas é necessário apostar, em primeiro lugar, numa visão global – quais são os principais desafios da sua cidade e em que ponto quer chegar nos quatro anos de governo. Ou seja, é necessário reservar um tempo, neste início de governo, para planejar o que se pretende fazer.

Quando falo em planejar estou falando de um exercício concreto e bem objetivo e não em longas e estereis elucubrações teóricas.

Estou falando em construir uma visão global e as ações prioritárias que podem viabilizar essa visão global – que pode sofrer ajustes durante o mandato.

Faço aqui um paralelo com o governo federal, para mostrar que é possível fazer isso com resultados expressivos.

Quando o Presidente Lula chegou ao governo, em 2003, traçamos com clareza o que queríamos: um modelo de desenvolvimento inclusivo, que previa crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais.

Essa visão global se desdobrou numa política econômica que não se preocupava apenas em remediar crises, mas em garantir crescimento econômico permanente, e em uma série de políticas públicas específicas para alcançar a visão global adotada no planejamento.

Os resultados todos conhecemos. O Brasil é hoje um país de oportunidades, com estabilidade econômica, mercado consumidor em expansão e políticas de inclusão em todas as áreas.

Mas não basta planejar.

Muitos dos senhores já tiveram experiência administrativa anterior, como prefeitos ou como secretários, e já aprenderam que decisão política apenas não basta para que as ações se realizem.

Quantas vezes cada um de nós já viu um Chefe de Executivo definir uma prioridade e ela não se realizar?

Por esta razão, é necessário conduzir outros esforços, associados ao planejamento, para alcançar os resultados esperados.

Gostaria de destacar três iniciativas importantes para isso.

Primeiro, a necessidade de constituir um sistema de monitoramento de ações capaz de identificar e enfrentar os gargalos de execução, com uma equipe dedicada exclusivamente a essa função.

Os responsáveis pelas ações tendem a tornar róseas as informações sobre o andamento dos projetos. Uma equipe externa poderá identificar com antecedência os problemas e ajudar as áreas a resolvê-los, garantindo a execução contra todas as dificuldades.

Segundo, é preciso investir na melhoria de processos de trabalho que tenham alto impacto nos projetos prioritários.

Isso permitirá tornar um pouco mais fácil a execução das prioridades, sem ter que lutar o tempo todo contra tudo e contra todos.

Foi isso que fizemos no governo federal. Criamos um monitoramento diferenciado para os projetos prioritários e revolucionamos alguns processos como, por exemplo, a inexigência do Cadastro Único de Convênios (CAUC) e o uso do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Terceiro, é necessário repensar o enfoque das políticas – as sociais e as de infraestrutura –, adotando experiências exitosas. Não há sentido em querer reinventar a roda, mas também não devemos hesitar em quebrar paradigmas para alcançar mais rapidamente os resultados esperados.

É necessário também coordenar as políticas de diversas áreas, pois a solução de um problema tem dimensões variadas.

Para ilustrar, eu gostaria de citar um outro exemplo do governo federal.

Quando, no início de 2009, o Presidente Lula determinou à então ministra da Casa Civil, nossa Presidenta hoje, que ele queria um amplo programa de habitação para enfrentar simultaneamente o déficit habitacional brasileiro e os efeitos da crise internacional, nós levamos quase quatro meses estruturando o que hoje é o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Acredito que o programa deu conta dos principais desafios para alcançar o objetivo traçado.

Já contratamos mais de 2,5 milhões de unidades e já foram entregues quase 1,2 milhão de moradias, beneficiando quase 5 milhões de brasileiros.

Quando começamos testar o desenho do programa, recebemos críticas por tirar do setor público a execução das obras e deixar isso a cargo do setor privado.

Hoje, há uma unanimidade que o desenho criativo adotado foi fundamental para o sucesso do programa. O setor público manteve pra si o que é indelegável: a definição das famílias a serem beneficiadas.

Para alcançar os resultados parece-me óbvio destacar a necessidade de garantir os recursos necessários.

Para tal, o desafio é trabalhar em duas frentes: otimizar a receita própria e investir na captação de recursos.

No âmbito da receita própria, além de aperfeiçoar os mecanismos de arrecadação e de evitar a sonegação, é necessário garantir maior eficiência do gasto público, especialmente nas despesas administrativas.

Essa eficiência, no entanto, não pode ter cunho eminentemente fiscal.

Do meu ponto de vista, todo ganho de eficiência deve retornar para ampliar as políticas prioritárias.

Esse esforço interno deve casar com a captação de recursos, que deve se embasar na elaboração de bons

projetos sintonizados com as linhas de financiamento disponíveis, reservando os recursos próprios para áreas onde a captação é mais difícil.

Aqui, faço nova digressão, para lembrar que há dez anos o governo federal não considerava que era função sua patrocinar recursos para enfrentar os problemas das cidades brasileiras.

Um dos primeiros atos do Presidente Lula foi criar o Ministério das Cidades, sinalizando a mudança de visão do governo federal.

Esta postura do governo federal fortaleceu-se ainda mais com o lançamento do PAC, em 2007, e do Minha Casa, Minha Vida, em 2009.

Com isso, nesses dez anos, há recursos para Unidades Básicas de saúde e de Pronto Atendimento, para creches e escolas. Há o PAC para infraestrutura urbana. Há o Minha Casa, Minha Vida e muitos outros programas.

Esses recursos são disponibilizados independentemente de para qual time torce o prefeito.

O critério adotado é o do bom projeto.

Outro desafio que não pode esperar essa nova geração de prefeitos é a necessidade de pensar as políticas de forma regionalizada.

Parte considerável das políticas urbanas e mesmo sociais não se resolvem no âmbito de um único município.

Isso vale para mobilidade urbana – tanto no que se refere ao transporte coletivo como ao sistema viário, vale para o combate às enchentes, para o tratamento de resíduos sólidos, para atendimento de média e alta complexidade na saúde.

Por isso, os novos prefeitos precisam constituir e fortalecer espaços públicos de discussão regional e metropolitana.

Também não podemos adiar a adoção de mecanismos de associação para desenvolvimento de políticas de caráter regional.

Eu sei que é difícil, numa agenda carregada, reservar tempo para discussão regional, mas a metropolização do País exige essa postura diferenciada.

Por fim, um último desafio a destacar.

É necessário incorporar à agenda municipal temas portadores de futuro ou exterminadores do futuro.

Temas como segurança pública e os problemas trazidos pelas drogas, em especial o crack, são devastadores para o futuro da sociedade brasileira.

A despeito de não ser uma atribuição estritamente municipal, sabemos que ações dos prefeitos podem contribuir para enfrentar esses problemas.

Da mesma maneira, precisamos preparar as nossas cidades para o futuro, com acesso às novas tecnologias de comunicação, e enfrentar o grande desafio de transformá-las em cidades sustentáveis, que é o foco central deste encontro.

Esse objetivo não pode mais ser olhado como uma utopia, mas sim como uma urgência para as gerações futuras.

Para encerrar, gostaria de citar palavras da Presidenta Dilma na abertura deste encontro, ontem:

“Trago a este encontro meu compromisso com o fortalecimento do pacto que tenho com a federação, com o municipalismo e com os prefeitos de todo o País. Trago, sobretudo, a garantia de que não faltará apoio a quem precisar de apoio e não faltará parceria a quem nos quiser como parceiros. Dos prefeitos e prefeitas, esperamos dedicação e celeridade na execução das obras e políticas que vão transformar, para melhor, a vida de nossa população.”

Muito obrigada.